

11 JAN 1987

Jornal de Brasília

Baeta garante luta por nova Constituinte

Marcondes Sampaio

Mesmo disposta a apresentar contribuições à Constituição que será elaborada pelo Congresso Constituinte, a Ordem dos Advogados do Brasil está igualmente decidida a prosseguir a luta pela convocação de uma Assembléia Constituinte livre e soberana após a promulgação da nova Carta.

Essa posição da OAB foi revelada em entrevista concedida ao JBr no Rio de Janeiro pelo presidente da entidade, Herman Assis Baeta. A OAB — explicou — não abre mão de uma Constituinte específica levando em conta, entre outros fatores, a falta de representatividade dos parlamentares que foram eleitos em novembro para elaborar uma nova Constituição.

Pessoalmente, Baeta defende a fixação em quatro anos do mandato presidencial — inclusive o do presidente Sarney — considerando que esse é um período que favorece a consolidação democrática e que o falecido presidente Tancredo Neves chegou a se pronunciar favorável a um mandato curto em virtude do sentido de transição que foi atribuído ao atual governo.

Para o presidente da Ordem, «o que está sendo montado no país é apenas um pacto de elite», a ser expresso pela futura Constituição. A propósito, Baeta lembra que esse caráter do Congresso Constituinte foi confirmado pelo senador peemedebista Fernando Henrique Cardoso.

Registra o presidente da OAB que até como Poder Legislativo e representatividade do Congresso recém-eleito está comprometida com o grande número de votos em branco e nulos registrados no pleito parlamentar. Quanto à função constituinte, entende que os novos deputados e senadores não assumiram compromissos expressos com as grandes questões nacionais porque tais questões não foram debatidas na campanha eleitoral.

Outro fator que afeta a tarefa constituinte que se pretende atribuir ao Congresso — acrescenta — é a persistência da legislação remanescente dos governos autoritários, como as leis de Segurança Nacional, de Imprensa e de Greve, que configuram o chamado entulho autoritário. Recorda Baeta que a eliminação desse entulho é um dos mais solenes compromissos do PMDB e que, depois de chegar ao poder, o partido acabou esquecendo as promessas feitas em praça pública.

O presidente da OAB sustenta que o país ainda vive sob autoritarismo — agora no seu ciclo civil — caracterizado não só pela manutenção do entulho, mas também pela forma de condução da política econômica e pela frequência com que o governo tem recorrido aos decretos-leis.

ANC 88
Pasta 11 a 19
Jan/87
005

Apesar das críticas, Baeta reage às acusações de que a OAB estaria adotando uma posição radical na questão da Constituinte. A seu ver, não pode ser confundida com radicalismo a defesa de um processo constituinte em que a assembléia tenha realmente representatividade e autonomia. A Constituinte, afirma, não pode sofrer limitações de nenhuma natureza, como preconiza por exemplo o ministro Paulo Brossard, que é contrário a alterações no sistema federativo.

Efêmera

Pelos condicionamentos já impostos e pelas restrições que ainda se pretende atribuir ao Congresso Constituinte, Baeta se diz convencido de que a futura Constituição será efêmera porque é incompatível com os anseios populares e a própria sociedade se dará conta disso, retomando a mobilização para uma Constituinte livre e soberana, e dessa mobilização a OAB participará.

Numa aparente contradição, o presidente da Ordem afirma que a entidade contribuirá com os trabalhos do Congresso Constituinte para não ser acusada de sectarismo. As propostas da OAB estão contidas na Declaração de Belém, documento da XI Conferência da OAB realizada em agosto último na capital paraense.

No campo social, a OAB defende a estabilidade de emprego compatibilizada com o Fundo de Garantia, a autonomia e liberdade de organização sindical, livre exercício do direito de greve, extensivo aos servidores públicos, ampliação do seguro-desemprego e política salarial capaz de assegurar uma remuneração justa ao trabalhador.